

## ÍNDICE

|                   |   |
|-------------------|---|
| NOTA INTRODUTÓRIA | 5 |
| PREFÁCIO          | 7 |

### LEI N.º 98/2009, DE 4 DE SETEMBRO

|   |    |
|---|----|
| CAPÍTULO I – Objecto e âmbito                         | 9  |
| Artigo 1.º – Objecto da lei                           | 9  |
| Artigo 2.º – Beneficiários                            | 11 |
| CAPÍTULO II – Acidentes de trabalho                   | 12 |
| SECÇÃO I – Disposições gerais                         | 12 |
| Artigo 3.º – Trabalhador abrangido                    | 12 |
| Artigo 4.º – Exploração lucrativa                     | 14 |
| Artigo 5.º – Trabalhador estrangeiro                  | 14 |
| Artigo 6.º – Trabalhador no estrangeiro               | 15 |
| Artigo 7.º – Responsabilidade                         | 17 |
| SECÇÃO II – Delimitação do acidente de trabalho       | 18 |
| Artigo 8.º – Conceito                                 | 18 |
| Artigo 9.º – Extensão do conceito                     | 19 |
| Artigo 10.º – Prova da origem da lesão                | 22 |
| Artigo 11.º – Predisposição patológica e incapacidade | 24 |
| SECÇÃO III – Exclusão e redução da responsabilidade   | 26 |
| Artigo 12.º – Nulidade                                | 26 |
| Artigo 13.º – Proibição de descontos na retribuição   | 27 |

|  |    |
|--|----|
| Artigo 14.º – Descaracterização do acidente                          | 27 |
| Artigo 15.º – Força maior  | 30 |
| Artigo 16.º – Situações especiais                                    | 31 |
| Artigo 17.º – Acidente causado por outro trabalhador ou por terceiro | 31 |
| SECÇÃO IV – Agravamento da responsabilidade                          | 33 |
| Artigo 18.º – Actuação culposa do empregador                         | 33 |
| SECÇÃO V – Natureza, determinação e graduação da incapacidade        | 35 |
| Artigo 19.º – Natureza da incapacidade                               | 35 |
| Artigo 20.º – Determinação da incapacidade                           | 36 |
| Artigo 21.º – Avaliação e graduação da incapacidade                  | 37 |
| Artigo 22.º – Conversão da incapacidade temporária em permanente     | 40 |
| SECÇÃO VI – Reparação  | 40 |
| SUBSECÇÃO I – Disposições gerais                                     | 40 |
| Artigo 23.º – Princípio geral  | 40 |
| Artigo 24.º – Recidiva ou agravamento                                | 41 |
| SUBSECÇÃO II – Prestações em espécie                                 | 42 |
| Artigo 25.º – Modalidades das prestações                             | 42 |
| Artigo 26.º – Primeiros socorros                                     | 43 |
| Artigo 27.º – Lugar de prestação da assistência clínica              | 44 |
| Artigo 28.º – Médico assistente                                      | 44 |
| Artigo 29.º – Dever de assistência clínica                           | 45 |
| Artigo 30.º – Observância de prescrições clínicas e cirúrgicas       | 45 |
| Artigo 31.º – Substituição legal do médico assistente                | 46 |
| Artigo 32.º – Escolha do médico cirurgião                            | 46 |
| Artigo 33.º – Contestação das resoluções do médico assistente        | 46 |
| Artigo 34.º – Solução de divergências                                | 46 |
| Artigo 35.º – Boletins de exame e alta                               | 47 |
| Artigo 36.º – Informação clínica ao sinistrado                       | 49 |
| Artigo 37.º – Requisição pelo tribunal                               | 49 |
| Artigo 38.º – Estabelecimento de saúde                               | 49 |
| Artigo 39.º – Transporte e estada                                    | 50 |
| Artigo 40.º – Responsabilidade pelo transporte e estada              | 51 |
| Artigo 41.º – Ajudas técnicas em geral                               | 52 |
| Artigo 42.º – Opção do sinistrado                                    | 52 |
| Artigo 43.º – Reparação e renovação das ajudas técnicas em geral     | 53 |

|   |    |
|---|----|
| Artigo 44.º – Reabilitação profissional e adaptação do posto de trabalho                          | 54 |
| Artigo 45.º – Notificação judicial e execução   | 54 |
| Artigo 46.º – Perda do direito a renovação ou reparação   | 54 |
| SUBSECÇÃO III – Prestações em dinheiro  | 56 |
| DIVISÃO I – Modalidades das prestações  | 56 |
| Artigo 47.º – Modalidades   | 56 |
| DIVISÃO II – Prestações por incapacidade  | 58 |
| Artigo 48.º – Prestações  | 58 |
| Artigo 49.º – Pessoa a cargo  | 62 |
| Artigo 50.º – Modo de fixação da incapacidade temporária e permanente                             | 63 |
| Artigo 51.º – Suspensão ou redução da pensão  | 64 |
| Artigo 52.º – Pensão provisória   | 65 |
| Artigo 53.º – Prestação suplementar para assistência a terceira pessoa                            | 66 |
| Artigo 54.º – Montante da prestação suplementar para assistência a terceira pessoa                | 67 |
| Artigo 55.º – Suspensão da prestação suplementar para assistência de terceira pessoa              | 67 |
| DIVISÃO III – Prestações por morte  | 69 |
| Artigo 56.º – Modo de fixação da pensão   | 69 |
| Artigo 57.º – Titulares do direito à pensão por morte   | 70 |
| Artigo 58.º – Situações de nulidade, anulabilidade, indignidade e deserdação                      | 71 |
| Artigo 59.º – Pensão ao cônjuge, ex-cônjuge e pessoa que vivia em união de facto com o sinistrado | 72 |
| Artigo 60.º – Pensão aos filhos   | 73 |
| Artigo 61.º – Pensão aos ascendentes e outros parentes sucessíveis                                | 74 |
| Artigo 62.º – Deficiência ou doença crónica do beneficiário legal                                 | 76 |
| Artigo 63.º – Ausência de beneficiários   | 76 |
| Artigo 64.º – Acumulação e rateio da pensão por morte   | 76 |
| DIVISÃO IV – Subsídios  | 78 |
| Artigo 65.º – Subsídio por morte  | 78 |
| Artigo 66.º – Subsídio por despesas de funeral  | 79 |
| Artigo 67.º – Subsídio por situações de elevada incapacidade permanente                           | 80 |
| Artigo 68.º – Subsídio para readaptação de habitação  | 81 |
| Artigo 69.º – Subsídio para frequência de acções no âmbito da reabilitação profissional           | 82 |

|  |         |
|--|---------|
| DIVISÃO V – Revisão das prestações   | 83      |
| Artigo 70.º – Revisão  | 83      |
| DIVISÃO VI – Cálculo e pagamento das prestações  | 86      |
| Artigo 71.º – Cálculo  | 86      |
| Artigo 72.º – Pagamento da indemnização, da pensão e da prestação complementar                 | 91      |
| Artigo 73.º – Lugar do pagamento das prestações  | 92      |
| Artigo 74.º – Dedução do acréscimo de despesas   | 92      |
| SECÇÃO VII – Remição de pensões  | 93      |
| Artigo 75.º – Condições de remição   | 93      |
| Artigo 76.º – Cálculo do capital   | 95      |
| Artigo 77.º – Direitos não afectados pela remição  | 95      |
| SECÇÃO VIII – Garantia de cumprimento  | 96      |
| Artigo 78.º – Inalienabilidade, impenhorabilidade, irrenunciabilidade dos créditos e garantias | 96      |
| Artigo 79.º – Sistema e unidade de seguro  | 97      |
| Artigo 80.º – Dispensa de transferência de responsabilidade                                    | 99      |
| Artigo 81.º – Apólice uniforme   | 100     |
| Artigo 82.º – Garantia e actualização de pensões   | 102     |
| Artigo 83.º – Riscos recusados   | 104     |
| Artigo 84.º – Obrigação de caucionamento   | 104     |
| Artigo 85.º – Instituto de Seguros de Portugal   | 105     |
| SECÇÃO IX – Participação de acidente de trabalho   | 106     |
| Artigo 86.º – Sinistrado e beneficiários legais  | 106     |
| Artigo 87.º – Empregador com responsabilidade transferida                                      | 107     |
| Artigo 88.º – Empregador sem responsabilidade transferida                                      | 108     |
| Artigo 89.º – Trabalho a bordo   | 109     |
| Artigo 90.º – Seguradora   | 110     |
| Artigo 91.º – Comunicação obrigatória em caso de morte   | 110     |
| Artigo 92.º – Faculdade de participação a tribunal   | 111     |
| <br>CAPÍTULO III – Doenças profissionais   | <br>111 |
| SECÇÃO I – Protecção nas doenças profissionais   | 111     |
| SUBSECÇÃO I – Protecção da eventualidade   | 111     |
| Artigo 93.º – Âmbito   | 111     |
| Artigo 94.º – Lista das doenças profissionais  | 113     |

|  |     |
|--|-----|
| Artigo 95.º – Direito à reparação  | 114 |
| Artigo 96.º – Avaliação, graduação e reparação das doenças profissionais                 | 114 |
| Artigo 97.º – Natureza da incapacidade   | 115 |
| Artigo 98.º – Protecção da eventualidade   | 115 |
| Artigo 99.º – Modalidades das prestações em espécie                                      | 117 |
| SUBSECÇÃO II – Titularidade dos direitos   | 117 |
| Artigo 100.º – Titulares do direito às prestações por doença profissional                | 117 |
| Artigo 101.º – Familiar a cargo  | 118 |
| SECÇÃO II – Prestações   | 119 |
| SUBSECÇÃO I – Prestações pecuniárias   | 119 |
| Artigo 102.º – Pensão e subsídios por morte e por despesas de funeral                    | 119 |
| Artigo 103.º – Prestações adicionais   | 120 |
| SUBSECÇÃO II – Prestações em espécie   | 120 |
| Artigo 104.º – Prestações em espécie   | 120 |
| SECÇÃO III – Condições de atribuição de prestação  | 121 |
| SUBSECÇÃO I – Condições gerais   | 121 |
| Artigo 105.º – Condições relativas à doença profissional                                 | 121 |
| Artigo 106.º – Prazo de garantia   | 121 |
| SUBSECÇÃO II – Condições especiais   | 122 |
| Artigo 107.º – Pensão provisória   | 122 |
| Artigo 108.º – Subsídio para frequência de acções no âmbito da reabilitação profissional | 123 |
| Artigo 109.º – Prestações em espécie   | 124 |
| SECÇÃO IV – Montante da prestação  | 124 |
| SUBSECÇÃO I – Determinação dos montantes   | 124 |
| Artigo 110.º – Disposição geral  | 124 |
| Artigo 111.º – Determinação da retribuição de referência                                 | 125 |
| Artigo 112.º – Retribuição convencional  | 126 |
| Artigo 113.º – Retribuição de referência no caso de alteração de grau de incapacidade    | 126 |
| SUBSECÇÃO II – Prestações por incapacidade   | 128 |
| DIVISÃO I – Indemnização por incapacidade temporária                                     | 128 |
| Artigo 114.º – Indemnização por pneumoconiose associada à tuberculose                    | 128 |
| DIVISÃO II – Prestações por incapacidade permanente                                      | 128 |
| Artigo 115.º – Pensão por incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual      | 128 |

|  |     |
|--|-----|
| Artigo 116.º – Bonificação da pensão por incapacidade permanente                             | 129 |
| Artigo 117.º – Subsídios por elevada incapacidade permanente e para readaptação de habitação | 130 |
| SUBSECÇÃO III – Prestações por morte   | 130 |
| DIVISÃO I – Pensão provisória  | 130 |
| Artigo 118.º – Pensão provisória por morte   | 130 |
| DIVISÃO II – Subsídio por morte  | 130 |
| Artigo 119.º – Subsídio  | 130 |
| SUBSECÇÃO IV – Montante das prestações comuns às pensões                                     | 131 |
| Artigo 120.º – Prestação suplementar da pensão para assistência a terceira pessoa            | 131 |
| Artigo 121.º – Prestações adicionais   | 131 |
| Artigo 122.º – Montante provisório de pensões  | 131 |
| SUBSECÇÃO V – Montante das prestações em espécie   | 132 |
| Artigo 123.º – Reembolsos  | 132 |
| SUBSECÇÃO VI – Garantia e actualização das pensões   | 132 |
| Artigo 124.º – Actualização  | 132 |
| Artigo 125.º – Garantia do pagamento   | 133 |
| SECÇÃO V – Duração das prestações  | 134 |
| SUBSECÇÃO I – Início das prestações  | 134 |
| Artigo 126.º – Início da indemnização por incapacidade temporária                            | 134 |
| Artigo 127.º – Início da pensão provisória   | 134 |
| Artigo 128.º – Pensão por incapacidade permanente  | 134 |
| Artigo 129.º – Pensão por morte  | 135 |
| Artigo 130.º – Prestação suplementar para assistência a terceira pessoa                      | 135 |
| SUBSECÇÃO II – Suspensão das prestações  | 136 |
| Artigo 131.º – Suspensão da bonificação das pensões  | 136 |
| SUBSECÇÃO III – Cessação das prestações  | 137 |
| Artigo 132.º – Cessação do direito à indemnização por incapacidade temporária                | 137 |
| Artigo 133.º – Cessação da pensão provisória   | 137 |
| Artigo 134.º – Cessação do direito à pensão  | 137 |
| Artigo 135.º – Remição   | 138 |
| SECÇÃO VI – Acumulação e coordenação de prestações   | 139 |
| Artigo 136.º – Acumulação das prestações com rendimentos de trabalho                         | 139 |

|   |     |
|---|-----|
| Artigo 137.º – Acumulação de pensão por doença profissional com outras pensões  | 139 |
| SECÇÃO VII – Certificação das incapacidades                                     | 140 |
| Artigo 138.º – Princípios gerais  | 140 |
| Artigo 139.º – Equiparação da qualidade de pensionista                          | 140 |
| SECÇÃO VIII – Administração   | 141 |
| SUBSECÇÃO I – Gestão do regime  | 141 |
| Artigo 140.º – Aplicação do regime  | 141 |
| Artigo 141.º – Articulação entre instituições e serviços                        | 141 |
| Artigo 142.º – Participação obrigatória   | 141 |
| Artigo 143.º – Comunicação obrigatória  | 142 |
| SUBSECÇÃO II – Organização dos processos  | 142 |
| Artigo 144.º – Requerimento das prestações                                      | 142 |
| Artigo 145.º – Requerentes  | 143 |
| Artigo 146.º – Instrução do requerimento da pensão                              | 143 |
| Artigo 147.º – Instrução do requerimento de pensão bonificada                   | 143 |
| Artigo 148.º – Instrução do requerimento das prestações por morte               | 143 |
| Artigo 149.º – Instrução do requerimento do subsídio por despesas de funeral    | 144 |
| Artigo 150.º – Requerimento da prestação suplementar de terceira pessoa         | 144 |
| Artigo 151.º – Prazo de requerimento  | 144 |
| Artigo 152.º – Contagem do prazo de prescrição                                  | 145 |
| Artigo 153.º – Deveres  | 145 |
| CAPÍTULO IV – Reabilitação e reintegração profissional                          | 146 |
| SECÇÃO I – Âmbito   | 146 |
| Artigo 154.º – Âmbito   | 146 |
| SECÇÃO II – Reabilitação e reintegração profissional                            | 146 |
| Artigo 155.º – Ocupação e reabilitação  | 146 |
| Artigo 156.º – Ocupação obrigatória   | 147 |
| Artigo 157.º – Condições especiais de trabalho                                  | 148 |
| Artigo 158.º – Trabalho a tempo parcial e licença para formação ou novo emprego | 149 |
| Artigo 159.º – Avaliação  | 150 |
| Artigo 160.º – Apoios técnicos e financeiros                                    | 151 |
| Artigo 161.º – Impossibilidade de assegurar ocupação compatível                 | 151 |

|  |     |
|--|-----|
| Artigo 162.º – Plano de reintegração profissional  | 152 |
| Artigo 163.º – Encargos com reintegração profissional  | 153 |
| Artigo 164.º – Acordos de cooperação   | 154 |
| SECÇÃO III – Garantia de ocupação e exercício de funções compatíveis com a capacidade do trabalhador | 155 |
| Artigo 165.º – Competências  | 155 |
| Artigo 166.º – Procedimento  | 155 |
| <br>CAPÍTULO V – Responsabilidade contra-ordenacional  | 156 |
| SECÇÃO I – Regime geral  | 156 |
| Artigo 167.º – Regime geral  | 156 |
| Artigo 168.º – Competência para o procedimento e aplicação das coimas                                | 156 |
| Artigo 169.º – Produto das coimas  | 157 |
| Artigo 170.º – Cumulação de responsabilidades  | 157 |
| SECÇÃO II – Contra-ordenações em especial  | 157 |
| Artigo 171.º – Acidente de trabalho  | 157 |
| Artigo 172.º – Doença profissional   | 157 |
| Artigo 173.º – Ocupação compatível   | 158 |
| <br>CAPÍTULO VI – Disposições finais   | 158 |
| Artigo 174.º – Modelos oficiais e apólices uniformes   | 158 |
| Artigo 175.º – Formulários obrigatórios  | 158 |
| Artigo 176.º – Isenções  | 158 |
| Artigo 177.º – Afixação e informação obrigatórias  | 159 |
| Artigo 178.º – Estatísticas  | 159 |
| Artigo 179.º – Caducidade e prescrição   | 159 |
| Artigo 180.º – Contagem de prazos  | 160 |
| Artigo 181.º – Norma remissiva   | 160 |
| Artigo 182.º – Cartão de pensionista   | 160 |
| Artigo 183.º – Actualização das pensões unificadas   | 161 |
| Artigo 184.º – Trabalhadores independentes   | 161 |
| Artigo 185.º – Regiões Autónomas   | 161 |
| Artigo 186.º – Norma revogatória   | 161 |
| Artigo 187.º – Norma de aplicação no tempo   | 162 |
| Artigo 188.º – Entrada em vigor  | 162 |